

100143

19 MAR 2013

1981

Controle Interno CEDAE  
Contrato n.º 031 / 2019 de

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS  
CREDITÓRIOS, DE CONTA BANCÁRIA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

entre



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE,**

*na qualidade de Cedente*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**

*na qualidade de Agente Fiduciário*

e

**BANCO BRADESCO S.A.,**

*na qualidade de Banco Administrador de Contas*

Datado de

23 de outubro de 2013

Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013-05-05-SMC

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS  
CREDITÓRIOS, DE CONTA BANCÁRIA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,



- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CEDAE" ou "Cedente");
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);
- (iii) **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de banco administrador de contas ("Banco Administrador de Contas" e, em conjunto com a Cedente e o Agente Fiduciário, "Partes");

**CONSIDERANDO QUE**, em reunião do conselho de administração da CEDAE, realizada em 08 de outubro de 2013 ("RCA"), foi aprovada (i) a realização da quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, da CEDAE ("Debêntures" e "Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,

Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 25-10-2013  
2013/10-05-3mc

19 MAR 2013

200k

conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Oferta"); (ii) a outorga de garantia pela Cedente; e (iii) a autorização para a Diretoria praticar todos os atos relacionados à Emissão, inclusive os relacionados à garantia;

Registrado sob o Nº

273353

CVM

**CONSIDERANDO QUE**, em assembleia geral de debenturistas realizada em 19 de setembro de 2013, os debenturistas da segunda emissão, para distribuição pública com esforços restritos, de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, sob regime de garantia firme de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, autorizaram a constituição da presente garantia;

**CONSIDERANDO QUE**, em assembleia geral de debenturistas realizada em 04 de outubro de 2013, os debenturistas da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Terceira Emissão"), autorizaram a constituição da presente garantia; e

**CONSIDERANDO QUE**, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE*", entre a CEDAE e o Agente Fiduciário, acima qualificado ("Escritura"), as Debêntures devem ser garantidas por cessão fiduciária de determinados direitos creditórios;

**CONSIDERANDO QUE**, para garantir as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Cedente, nos termos da Escritura, incluindo, mas não se limitando ao Valor Nominal das Debêntures, ao saldo do Valor Nominal das Debêntures, à Remuneração e demais encargos e custos e despesas descritos na Escritura, a Cedente concordou em ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, os direitos creditórios definidos neste instrumento;

têm entre si, justo e acordado, o presente "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-69-Sme







19 MAR 2013

202 f

no Itaú Unibanco S.A. ("Agente de Pagamentos"), na qual é centralizado todo o recebimento das contas de água e esgoto de emissão da Emissora com código de arrecadação Febraban 1292 ("Conta Centralizadora"), além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos usuários à CEDAE, exceto pelos direitos creditórios cedidos e retidos (a) na Conta Centralizadora, de arrecadação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Cedente ("FIDC CEDAE"), nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", firmado em 1º de dezembro de 2011, entre a CEDAE e o FIDC CEDAE, cuja cópia encontra-se anexa a este documento como Anexo VII, com a interveniência do Agente de Pagamentos, do Banco do Brasil S.A. e do BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ("Contrato de Cessão do FIDC"), e (b) na conta corrente não movimentável e de titularidade da Cedente mantida na agência 2373-6 do Banco Bradesco S.A., sob o nº 32.249-0 ("Conta Vinculada da Terceira Emissão"), nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 16 de janeiro de 2013, entre a CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão"), cuja cópia encontra-se anexa a este documento como Anexo VIII ("Direitos Creditórios Cedidos");

- (ii) dos direitos creditórios da Cedente sobre a Conta Vinculada, conforme definida na Cláusula 2.1 abaixo ("Direitos de Crédito da Conta Vinculada"); e
- (iii) das Aplicações (conforme definido na Cláusula 2.1.5 deste Contrato) e seus respectivos rendimentos, juros e quaisquer frutos que decorram das Aplicações (em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos e os Direitos de Crédito da Conta Vinculada, os "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente").

- 1.1.1. Desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até o cumprimento integral das Obrigações, o Agente Fiduciário calculará e instruirá, mediante notificação prévia e por escrito, assinada pelo seu representante legal e/ou pelas Pessoas Autorizadas (conforme definido na Cláusula 13.6.3) do Agente Fiduciário, para que o Banco Administrador de Contas retenha na Conta Vinculada, conforme definida na Cláusula 2.1 deste Contrato, a partir do dia 10 (dez) de cada mês, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente correspondentes (1) caso a Cedente esteja adimplente com todas suas obrigações decorrentes da Escritura ou deste Contrato, a até o valor de 110% (cento e dez por cento)



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 23-10-2013  
2013/10-02-SMC

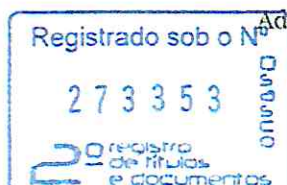
208 f

das Obrigações devidas no Período de Capitalização (conforme definido adiante) subsequente, ou (2) em caso de inadimplemento deste Contrato e/ou da Escritura e/ou das Debêntures, mesmo durante o período de cura de tal inadimplemento, ou de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, à totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente até o limite do valor total das Obrigações ("Valor Mínimo"). O Valor Mínimo de cada Período de Capitalização deverá ser calculado e informado pelo Agente Fiduciário mediante notificação prévia e por escrito, enviada ao Banco Administrador de Contas, com cópia para a Cedente, assinada pelos seus representantes legais e/ou Pessoas Autorizadas, cuja cópia será enviada por correio eletrônico no 1º (primeiro) dia útil de cada Período de Capitalização, sendo que a primeira deverá ser enviada a partir da presente data, e a via original deverá ser encaminhada em até 5 (cinco) dias úteis aos endereços previstos no Anexo V.

1.1.1.1. Após o cálculo do Valor Mínimo, o Agente Fiduciário deverá atualizar, diariamente, a previsão da próxima parcela de Amortização Programada e de Remuneração, conforme definidos na Cláusula 1.5 deste Contrato, com base na projeção das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo que caso o valor previsto seja superior ao Valor Mínimo informado, o Agente Fiduciário deverá instruir, mediante notificação prévia e por escrito, enviada ao Banco Administrador de Contas, com cópia para a Cedente, assinada pelo seu representante legal e/ou Pessoas Autorizadas, para que o número de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente seja aumentado ("Valor Mínimo Ajustado"), cuja cópia será enviada imediatamente por correio eletrônico, e a via original deverá ser encaminhada em até 5 (cinco) dias úteis aos endereços previstos no Anexo V.

1.1.2. O Banco Administrador de Contas deverá encaminhar à Cedente, com cópia ao Agente Fiduciário, extrato mensal ("Extrato Bancário") contendo o saldo dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente pela Cedente, com 2 (dois) dias úteis de antecedência de cada Data de Pagamento de Remuneração.

1.1.3. Sem prejuízo do disposto na cláusula 1.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá confirmar o valor exato das Obrigações do referido Período de Capitalização, que será correspondente ao maior valor entre o Valor Mínimo e o Valor Mínimo Ajustado ("Valor das Obrigações") mediante notificação prévia e por escrito, enviada ao Banco Administrador de Contas e à Cedente, assinada pelos seus representantes legais e/ou



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 23-10-2013  
2-212/10-01-SMC



19 MAR 2013

204 f

Pessoas Autorizadas, cuja cópia será enviada por correio eletrônico, até às 10h do dia útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração, e a via original deverá ser enviada em até 5 (cinco) dias úteis aos endereços previstos no Anexo V.

- 1.1.4. Caso, no dia útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração, a Conta Vinculada não apresente, no mínimo, o Valor das Obrigações, a Cedente compromete-se a transferir até às 12h do dia útil anterior à cada Data de Pagamento de Remuneração o montante necessário para a Conta Vinculada até que se atinja o Valor das Obrigações, sem prejuízo de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão e neste Contrato.
- 1.1.5. Até o dia 09 (nove) do mês seguinte e enquanto a Cedente se encontrar adimplente com todas as obrigações previstas na Escritura e neste Contrato e nenhum evento de vencimento antecipado for verificado, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente depositados na Conta Vinculada que excederem o Valor Mínimo, o Valor Mínimo Ajustado ou o Valor das Obrigações, conforme o caso, deverão ser transferidos para a conta de livre movimentação da Cedente de nº 510.000-3, mantida na agência 2373-6 do Banco Bradesco S.A. ("Conta de Livre Movimentação"), na mesma data, se os recursos forem transferidos à Conta Vinculada até às 14h30min e até às 10h30min do dia útil subsequente do depósito na Conta Vinculada, se os recursos forem transferidos à Conta Vinculada após as 14h30min, sendo que tais recursos deverão ser aplicados nos termos da Cláusula 2.1.5 deste Contrato.
- 1.1.6. Mediante envio de notificação do Agente Fiduciário, o Banco Administrador de Contas transferirá o valor referente ao pagamento das Obrigações do Período de Capitalização à conta da Cedente, mantida no Banco Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") n.º 341, agência 2040, conta nº 01465-2 ("Conta no Banco Liquidante"), até às 15h do dia útil anterior à Data de Pagamento de Remuneração, sendo que, caso após a Data de Pagamento de Remuneração, todas as Obrigações devidas no Período de Capitalização sejam amortizadas e liquidadas, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente depositados na Conta Vinculada remanescentes deverão ser transferidos pelo Banco Administrador de Contas para a Conta de Livre Movimentação da Cedente, na respectiva Data de Pagamento de Remuneração.

1.1.6.1. Imediatamente após a transferência de recursos à Conta no Banco Liquidante feita



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 05-10-2013  
2013/10-07-SMC

19 MAR 2013

205 f

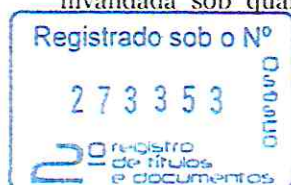
conforme a Cláusula 1.1.6 acima, o Banco Administrador de Contas notificará, por escrito, o Banco Liquidante, por correio eletrônico no endereço escrituracaorf@itau-unibanco.com.br para confirmar a transferência feita.

1.1.7. Caso o Banco Administrador de Contas não efetue a transferência no prazo estipulado nas Cláusulas 1.1.5 e 1.1.6 acima e desde que comprovada a sua exclusiva responsabilidade em tal atraso, o Banco Administrador de Contas sujeitar-se-á as penalidades previstas na legislação vigente.

1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.1.4. acima, na hipótese de a garantia prestada por força deste Contrato vir a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, tornando-a insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável para composição do Valor Mínimo, do Valor Mínimo Ajustado ou do Valor das Obrigações, conforme o caso ("Evento de Reforço"), a Cedente fica obrigada a reforçá-la, de modo a recompor integralmente a garantia ("Reforço de Garantia"), formalizando e aperfeiçoando o Reforço da Garantia mediante registro do documento pertinente no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data em que o Agente Fiduciário tiver conhecimento do fato e/ou do recebimento, pela Cedente, de comunicação, por escrito, informando-o da ocorrência do respectivo evento. O Reforço de Garantia deverá ser implementado por meio de cessão fiduciária em garantia de novos direitos creditórios, desde que previamente aceitos pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas, de modo que o Valor Mínimo, o Valor Mínimo Ajustado ou o Valor das Obrigações, conforme o caso, seja atendido durante todos os meses subsequentes. No caso de Reforço da Garantia, os novos direitos creditórios cedidos e/ou alienados fiduciariamente deverão ser identificados em documento que deverá integrar o presente Contrato. No caso do Reforço de Garantia não ser realizado, no prazo acima mencionado, as Obrigações serão consideradas vencidas antecipadamente, nos termos da Escritura.

1.2.1 Caso não esteja em curso um Evento de Reforço ou um Evento de Substituição (conforme definido abaixo), nem o vencimento antecipado das Obrigações, os valores que excederem o Valor Mínimo, o Valor Mínimo Ajustado ou o Valor das Obrigações, conforme o caso, serão liberados nos termos da Cláusula 1.1.5 acima.

1.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.1.4 acima, na hipótese de a garantia prestada por força deste Contrato (a) ser objeto de questionamento judicial que resulte em sua inexigibilidade; (b) não for devidamente constituída e formalizada; (c) for anulada, nula, ou invalidada sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ("Evento de



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-09-EMC



19 MAR 2013

2064

Substituição”), a Cedente fica obrigada a substituí-la, de modo a recompor integralmente a garantia (“Substituição de Garantia”), formalizando e aperfeiçoando a Substituição de Garantia mediante registro do documento pertinente no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contado da data em que o Agente Fiduciário tiver conhecimento do fato e/ou do recebimento, pela Cedente, de comunicação, por escrito, informando-a da ocorrência do respectivo evento, o que ocorrer primeiro, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura. A Substituição de Garantia deverá ser implementada através de cessão fiduciária em garantia de outros ativos financeiros de liquidez imediata, de natureza igual ou diversa dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, desde que previamente aceitos pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas. No caso de Substituição de Garantia, os novos bens cedidos e/ou alienados fiduciariamente deverão ser identificados em documento que deverá integrar o presente Contrato. No caso de (i) a Substituição da Garantia não ser aceita pelos Debenturistas; ou (ii) a apresentação do(s) protocolo(s) de registro das garantias substitutas aos Debenturistas não for realizada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da aprovação da Substituição de Garantia pelo Agente Fiduciário ou outro prazo a ser determinado em Assembleia Geral de Debenturistas, as Obrigações serão consideradas vencidas antecipadamente, nos termos da Escritura.

1.4. Após a liquidação do FIDC CEDAE e da Terceira Emissão de Debêntures, em conjunto, a CEDAE e os Debenturistas poderão consensualmente acordar com a liberação dos Direitos Creditórios Cedidos da presente garantia, mediante substituição dos Direitos Creditórios Cedidos por outros direitos creditórios (“Direitos Creditórios Substitutivos”), a ser aprovada previamente pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas. Nessa hipótese, a CEDAE deverá apresentar toda a documentação pertinente aos Direitos Creditórios Substitutivos, bem como comprovar que os Direitos Creditórios Substitutivos apresentam fluxo de recebimento mensal mínimo satisfatório aos Debenturistas.

1.4.1. A substituição acima proposta deverá ser previamente aprovada pelos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas, bem como deverão ser celebrados Aditamentos ao presente Contrato e à Escritura.

1.5. Para os fins da Lei 4.728, as obrigações da CEDAE assumidas na Escritura são:

- (a) **Data de Emissão:** 11 de outubro de 2013 (“Data de Emissão”);
- (b) **Valor de Principal:** R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- (c) **Valor Nominal Unitário:** R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão;



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 02/10/2013  
2013/10-07-3mc

19 MAR 2013

207 f

- (d) **Quantidade:** 20.000 (vinte mil) Debêntures;
- (e) **Série:** única;
- (f) **Espécie:** quirografária, com garantia adicional real;
- (g) **Forma:** nominativa e escritural;
- (h) **Regime de Colocação:** garantia firme de colocação;
- (i) **Amortização do Principal:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas ("Amortização Programada"), a partir da Data de Emissão, sendo a primeira em 20 de maio 2016 e a última na Data de Vencimento;
- (j) **Atualização Monetária:** não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- (k) **Repactuação:** não haverá;
- (l) **Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura ("Remuneração"), a qual teve aderência ao Caderno de Fórmulas – Debêntures Cetip21, disponível no site [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br). A Remuneração será devida mensalmente a partir da Data de Emissão, sendo a primeira em 20 de novembro de 2013 e a última na Data de Vencimento (sendo cada data de pagamento da Remuneração uma "Data de Pagamento de Remuneração");
- (m) **Período de Capitalização:** define-se período de capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento;
- (n) **Aquisição Facultativa:** é facultado à CEDAE, observada a restrição para negociação das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-69-smc



19 MAR 2013

2081

Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da CEDAE; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

(o) **Amortização Parcial Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo:** A CEDAE poderá, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, amortização parcial antecipada facultativa ou resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura.

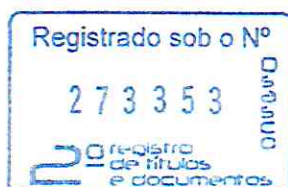
(p) **Encargos Moratórios e Multa:** sem prejuízo da Remuneração e independente dos prazos de cura mencionados na Escritura e neste Contrato, ocorrendo impontualidade no pagamento pela CEDAE de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, e não pago, além das despesas incorridas com a cobrança, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

(q) **Data de Vencimento:** 20 de abril de 2020, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Facultativo previstas na Escritura.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTA VINCULADA

2.1. Em decorrência da presente cessão fiduciária, qualquer montante devido à Cedente decorrente dos Direitos Creditórios Cedidos, deverá ser depositado na conta corrente não movimentável e de titularidade da Cedente mantida na agência 2373 do Banco Administrador de Contas, sob o nº 36067-8 ("Conta Vinculada"), aberta e mantida pela Cedente exclusivamente para os fins previstos neste Contrato.

2.1.1. O Banco Administrador de Contas se obriga a monitorar e supervisionar a Conta Vinculada em estrita conformidade com as regras e procedimentos descritos neste Contrato, devendo notificar por escrito a Cedente e o Agente Fiduciário sobre a data de início das atividades, ficando certo que o Banco Administrador de Contas somente poderá ser responsabilizado a partir da confirmação por escrito do recebimento da notificação pela Cedente e pelo Agente Fiduciário, não lhe sendo exigida qualquer ação antes da referida confirmação.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013/10-09-5m.c

19 MAR 2013

209 f

- 2.1.2 Caso a Cedente venha a receber quaisquer montantes relativos aos Direitos Creditórios Cedidos de forma diversa à prevista neste Contrato, esta deverá depositar tais valores na Conta Vinculada no prazo de até 01 (um) dia útil a contar da data do seu recebimento.
- 2.1.3. Os Direitos Creditórios Cedidos, depositados na Conta Vinculada, serão de única e exclusiva propriedade fiduciária dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sendo o Banco Administrador de Contas mero depositário de tais Direitos Creditórios Cedidos.
- 2.1.4. A Cedente, por este instrumento, autoriza que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente sejam utilizados única e exclusivamente para o pagamento das Obrigações, sem prejuízo da sua obrigação de transferir recursos adicionais para atingir o Valor Mínimo, o Valor Mínimo Ajustado ou o Valor das Obrigações, conforme o caso, em até 1 (um) dia útil do recebimento Extrato Bancário enviado pelo Banco Administrador de Contas, conforme previsto na Cláusula 1.1.2 acima.
- 2.1.5. A Cedente, por este instrumento, autoriza e o Banco Administrador de Contas se obriga a aplicar o saldo, mantido na Conta Vinculada pelo Período de Capitalização, diariamente em quotas do fundo de investimento denominado Bradesco GOV PP Referenciado DI Fundo de Investimento ("Aplicações").
- 2.1.6. O Agente Fiduciário, e tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação das Aplicações, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras (não resultantes de transgressão deliberada) no investimento, reinvestimento ou liquidação das Aplicações, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possuirá qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que recaiam sobre as Aplicações, cabendo ao Agente Fiduciário apenas e tão somente a prestação dos serviços estabelecidos neste Contrato.
- 2.1.7. As Partes reconhecem que o Banco Administrador de Contas não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda de capital investido, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer investimento, reinvestimento,



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013/10-01-SMC



19 MAR 2013

210 f

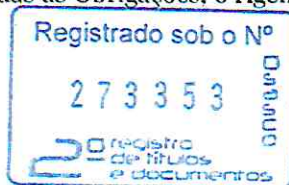
transferência ou liquidação das Aplicações, agindo exclusivamente na qualidade de mandatário da Cedente, exceto nas hipóteses de culpa ou dolo do Banco Administrador de Contas.

2.1.8. O Banco Administrador de Contas será isento de qualquer responsabilidade ou obrigação caso o resultado do investimento ou da sua liquidação seja inferior ao que poderia ter sido se tal investimento ou liquidação, de outra forma, não tivesse ocorrido, a menos que, em qualquer dos casos descritos na cláusula acima, tal perda, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa resulte de culpa grave ou dolo, comprovados, do Banco Administrador de Contas.

2.1.9. A Cedente deverá efetuar todas as notificações necessárias para o devido aperfeiçoamento da garantia constituída nos termos deste Contrato, conforme modelos constantes dos Anexos II a IV deste Contrato, bem como providenciar aditamentos aos Contratos de Arrecadação com os Bancos Arrecadadores para garantir o funcionamento e a boa ordem do fluxo financeiro dos Direitos Creditórios Cedidos integralmente direcionados para a Conta Vinculada, principalmente com relação à manutenção da sistemática de codificação na arrecadação dos direitos creditórios, sendo certo que os Contratos de Arrecadação deverão ser aditados (i) em até 2 (dois) anos contados da Data de Emissão de modo a prever, de modo satisfatório aos Debenturistas, a transferência direta dos Direitos Creditórios Cedidos pelos Bancos Arrecadadores à Conta Vinculada após a quitação e liquidação da Terceira Emissão e do FIDC CEDAE, ou (ii) até a liquidação do FIDC CEDAE, o que ocorrer primeiro.

2.2. A Cedente aceita e concorda que não poderá movimentar a Conta Vinculada, não sendo, portanto, permitida a utilização de qualquer meio de movimentação dos recursos disponíveis nesta conta ou nas Aplicações (seja por meio de emissão de cheques, cartão de débito, transferência eletrônica disponível – TED, ordens verbais ou escritas). A Conta Vinculada e as Aplicações efetuadas serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Administrador de Contas, mediante, quando necessário nos termos deste Contrato, notificação prévia e por escrito do Agente Fiduciário, enviada ao Banco Administrador de Contas, assinada pelo seu representante legal e/ou Pessoas Autorizadas, nos termos previstos neste Contrato, contendo as instruções a serem observadas pelo Banco Administrador de Contas.

2.3. A Cedente nomeia, em caráter irrevogável e irretroatável, até a liquidação integral de todas as Obrigações, o Agente Fiduciário, para atuar como bastante procurador, para ter acesso



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25/10-2013  
2013/10-09-SMC

19 MAR 2013

mf

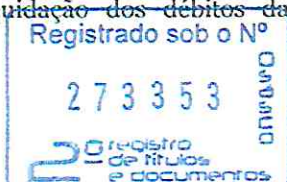
às informações da Conta Vinculada e das Aplicações, podendo receber informações sobre seus saldos e movimentá-los, ficando o Banco Administrador de Contas expressamente autorizado, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, a informar e fornecer ao Agente Fiduciário os Extratos Bancários da Conta Vinculada e das Aplicações, reconhecendo que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato, bem como acatar somente as orientações enviadas pelo Agente Fiduciário, mediante notificação prévia e por escrito, enviada ao Banco Administrador de Contas, assinada pelos seu representante legal e/ou Pessoas Autorizadas, com relação a movimentações de todos os recursos depositados na Conta Vinculada e nas Aplicações, com exceção das Cláusulas 1.1.5, 1.1.6 e 2.1.5 deste Contrato. Fica desde já estabelecido que a Conta Vinculada e as Aplicações poderão ser movimentadas exclusivamente pelo Agente Fiduciário, na qualidade de mandatário exclusivo da Cedente, observados os termos e condições definidos neste Contrato.

2.4. A Cedente autoriza o Banco Administrador de Contas a fornecer ao Agente Fiduciário, bem como autoriza o Agente Fiduciário, como representante da comunhão dos Debenturistas, a fornecer aos Debenturistas, todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo da Conta Vinculada, observada a Cláusula 2.3. acima, renunciando o direito de sigilo bancário em relação a tais informações exclusivamente em relação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2001.

2.5. A administração dos recursos existentes na Conta Vinculada, no que tange a sua movimentação, exceto pelo disposto na cláusula 2.1.5, será de responsabilidade do Agente Fiduciário, sendo certo e acordado que qualquer outro atributo relacionado à Conta Vinculada, inclusive as declarações referentes aos aspectos cadastrais e fiscais, será de inteira e exclusiva responsabilidade da Cedente.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA

3.1. Em caso de inadimplemento deste Contrato e/ou da Escritura ou das Debêntures ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 66-B da Lei 4.728, dispor dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, mediante cessão, alienação ou transferência, aplicando o produto obtido no pagamento de valores vencidos e não pagos, no caso de inadimplemento ou na amortização ou liquidação dos débitos da CEDAE perante os Debenturistas, no caso de declaração do



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25/10-2013  
2013/10-07-5mC



19 MAR 2013

212 f

vencimento antecipado, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial. Para tanto, a Cedente desde já confere ao Agente Fiduciário todos os poderes necessários, de forma irrevogável e irretroatável, para receber diretamente, bem como utilizar as quantias recebidas e a serem recebidas por conta dos recursos depositados na Conta Vinculada, podendo firmar, em nome da Cedente, todo e qualquer documento que se fizer necessário para o recebimento ou a transferência destes recursos, bem como representá-lo em todo e qualquer órgão ou entidade, público ou privado, que se fizer necessário, alocar os recursos para o pagamento ou a amortização das Obrigações e deduzir todas as despesas razoáveis incorridas e devidamente comprovadas com a cessão ou transferência e devolver o saldo remanescente, se houver, à Cedente. A Cedente se compromete a firmar qualquer outro documento e satisfazer qualquer outra formalidade que venha a ser necessária para os fins previstos nesta Cláusula 3.1.

3.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.1. acima, para fins de excussão da presente Garantia, o Agente Fiduciário poderá, ainda, exercer sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para (a) utilizar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente diretamente na amortização e liquidação das Obrigações, (b) após os recursos serem transferidos para a Conta Vinculada, ceder ou transferir extrajudicialmente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto para empresas concorrentes, diretos ou indiretos, da Cedente; e (c) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos.

3.3. O Agente Fiduciário poderá executar, judicial ou extrajudicialmente, o presente Contrato, bem como proceder à utilização dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente independentemente de outros avisos, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de descumprimento pela CEDAE das Obrigações.

3.4. A Cedente obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias, se houver, à excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRODUTO DA EXCUSSÃO DA GARANTIA



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 15010-2013  
2013/10-09 - SMC

14 MAR 2013

234

4.1. O produto total apurado pelo Agente Fiduciário com a excussão da presente garantia, nos termos das Cláusulas Segunda e Terceira acima, será aplicado exclusivamente no cumprimento das Obrigações, conforme for devido, sendo certo que os Direitos Creditórios Cedidos serão transferidos à Conta Vinculada até o cumprimento integral das Obrigações.

4.1.1. Se após o pagamento das Obrigações com o produto total da excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente subsistir saldo devedor remanescente, este deverá ser imediatamente coberto pela CEDAE, que se obriga a pagar o que for devido nos 10 (dez) dias úteis que se seguirem à data em que lhe for, por escrito, dada ciência pelo Agente Fiduciário do montante do saldo devedor, exceto se houver decisão judicial transitada em julgado a favor da CEDAE tratando exclusivamente o montante do saldo devedor.

4.1.2. Havendo saldo credor, este será colocado à disposição da Cedente pelo Banco Administrador de Contas após autorização do Agente Fiduciário no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data em que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente tiverem sido disponibilizados pelo Agente Fiduciário na quitação das Obrigações, conforme o caso.

4.1.3. Para fins do disposto nos itens 4.1.1 e 4.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, nos prazos previstos nos referidos itens, apresentar um demonstrativo da apuração do saldo devedor ou credor, conforme o caso.

#### CLÁUSULA QUINTA— DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS PARTES

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações dispostas neste Contrato e na Escritura, a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, até o pagamento integral das Obrigações a:

- (i) manter a presente garantia real existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, por toda a vigência das Debêntures, da Escritura e deste Contrato, sendo expressamente vedados o encerramento da Conta Vinculada, a cessão, alienação ou transferência a qualquer título dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e da Conta Vinculada de sua titularidade ou quaisquer ativos que venham a ser entregues em cessão fiduciária por força do presente instrumento ou de seus eventuais aditivos, desde que expressamente autorizado pelo



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 08/03/2013  
2013/16-05-SMC

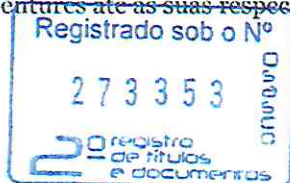


19 MAR 2013

2147

Agente Fiduciário se assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que qualquer ato contrário ao aqui disposto será considerado nulo de pleno direito;

- (ii) registrar o presente Contrato nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes das sedes das Partes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos da Cláusula 9.1 deste Contrato e encaminhar uma via original ao Agente Fiduciário tempestivamente após a sua data de registro;
- (iii) celebrar os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser exigidos, de tempos em tempos, para permitir que o Agente Fiduciário proteja os direitos ora constituídos, relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente instrumento;
- (iv) defender, em nome próprio, os direitos do Agente Fiduciário sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, ora constituídos pelo presente instrumento, contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;
- (v) enviar mensalmente com 4 (quatro) dias úteis de antecedência de cada Data de Pagamento de Remuneração, (a) extrato mensal da Conta Centralizadora até a liquidação do FIDC CEDAE, e (b) extrato mensal da Conta Vinculada Terceira Emissão até a quitação da Terceira Emissão;
- (vi) adotar todas as providências e fornecer, em 5 (cinco) dias úteis contados da data de solicitação do Agente Fiduciário, à exceção de informações que dependam de terceiros, todas as demais informações relativamente aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, à Conta Centralizadora, à Conta Vinculada Terceira Emissão e à Conta Vinculada que lhe forem razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário;
- (vii) no que depender da Cedente, manter os termos e condições dos Contratos de Arrecadação, do Contrato de Centralização e dos seus contratos de concessão até a liquidação do FIDC CEDAE e quitação da Terceira Emissão, o que ocorrer por último, bem como manter os termos e condições do FIDC CEDAE e da Terceira Emissão de Debêntures até as suas respectivas liquidação e quitação;



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2-10-2013  
2013/10-07-SMC

19 MAR 2013

215

- (viii) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade de o Agente Fiduciário executar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e da Conta Vinculada de sua titularidade, no todo ou em parte;
- (ix) assegurar que (a) os pagamentos decorrentes do excedente (a.1) da quantidade mínima mensal de direitos creditórios objeto de cessão incondicionada determinada nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão do FIDC ("QMM") ou da quantidade de direitos creditórios objeto de cessão sob condição suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC ("QDCA") e (a.2) do Valor Mínimo da Terceira Emissão e do Valor Mínimo Ajustado da Terceira Emissão e (b) após a liquidação do FIDC CEDAE e quitação da Terceira Emissão, as transferências dos Direitos Creditórios Cedidos pelos Bancos Arrecadadores sejam realizados exclusivamente na Conta Vinculada de sua titularidade e, se for realizado de maneira diversa, cumprir com o disposto na Cláusula 2.1.2. deste Contrato;
- (x) não suspender e não orientar que seja suspensa a transferência dos direitos creditórios (a) da Conta Centralizadora, (b) excedentes da QMM ou da QDCA do FIDC CEDAE, (c) excedentes do Valor Mínimo da Terceira Emissão e do Valor Mínimo Ajustado da Terceira Emissão, e (d) pelos Bancos Arrecadadores, conforme o caso, à Conta Vinculada, ainda que tal conta seja movimentada única e exclusivamente pelo Banco Administrador de Contas, mediante instrução do Agente Fiduciário, nos termos das Cláusulas 2.2 e 2.3. deste Contrato;
- (xi) entregar ao Agente Fiduciário os documentos originais comprobatórios da constituição dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, as informações e/ou documentos que comprovem o saldo dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, bem como os demais documentos a eles relativos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário. À Cedente, na qualidade de fiel depositária, competirá a guarda e conservação dos documentos comprobatórios da exigibilidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, assumindo as responsabilidades inerentes à sua conservação, encargo este que declara aceitar gratuitamente, em caráter irrevogável e irretratável, sujeitando-se às sanções legais nos termos da lei aplicável, enquanto os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente não forem transferidos para a Conta de Livre Movimentação da Cedente, nos termos das Cláusulas 1.1.5 e 1.1.6 deste Contrato;



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 22-10-2013  
2013/10-05-SMC



19 MAR 2013

216

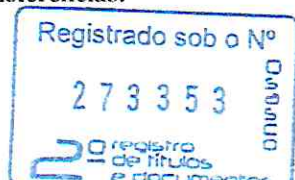
- (xii) efetuar os Reforços de Garantia e/ou Substituições de Garantia necessários e/ou transferência do montante necessário para atingir o Valor Mínimo, o Valor Mínimo Ajustado ou o Valor das Obrigações, conforme o caso, nos prazos e forma previstos neste Contrato;
- (xiii) informar, em até 02 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento, ao Agente Fiduciário os detalhes de qualquer fato que possa vir a causar impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Cedente, suas Controladas ou coligadas ("Impacto Adverso Relevante");
- (xiv) abster-se de praticar qualquer ato, em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, que possa, de qualquer forma, resultar em um Impacto Adverso Relevante;
- (xv) no caso de declaração de vencimento antecipado e/ou inadimplemento deste Contrato e/ou da Escritura ou das Debêntures, não obstar (e fazer com que seus administradores não obstem) a realização e implementação, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer atos que sejam por este considerados como necessários ou convenientes à excussão das garantias ora constituídas e à salvaguarda dos direitos, interesses e garantias dos Debenturistas definidos neste Contrato e na Escritura;
- (xvi) outorgar a procuração ao Agente Fiduciário, nos termos do Anexo I deste Contrato na data da assinatura deste Contrato;
- (xvii) enviar notificações aos Bancos Arrecadadores, ao FIDC CEDAE, ao Agente de Pagamentos do FIDC CEDAE, ao custodiante do FIDC CEDAE e ao banco administrador de contas da Terceira Emissão de Debêntures, nos termos dos modelos previstos nos Anexos II, III e IV deste Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis da assinatura deste Contrato;
- (xviii) manter aberta a Conta Centralizadora até a liquidação do FIDC CEDAE, bem como manter aberta a Conta Vinculada da Terceira Emissão até o pagamento integral de suas obrigações na Terceira Emissão;



2013

- (xix) responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer tributos e contribuições exigidas ou que vierem a ser exigidos em decorrência do cumprimento deste Contrato e/ou da movimentação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na Conta Vinculada, durante o prazo de vigência deste Contrato, na Conta Centralizadora enquanto perdurar o FIDC CEDAE e na Conta Vinculada da Terceira Emissão até a quitação das obrigações da CEDAE na Terceira Emissão;
- (xx) realizar o pagamento das taxas bancárias e da remuneração que forem devidas para a manutenção da Conta Centralizadora e da Conta Vinculada, durante o prazo de vigência deste Contrato, e da Conta Vinculada da Terceira Emissão até a quitação das obrigações da CEDAE na Terceira Emissão;
- (xxi) não ceder quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a terceiros, exceto os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente transferidos para a Conta de Livre Movimentação da Cedente, nos termos das Cláusulas 1.1.5 e 1.1.6 deste Contrato, sendo certo que qualquer cessão assim efetuada deverá ser subordinada ao FIDC CEDAE, à Terceira Emissão de Debêntures e à Emissão;
- (xxii) não causar o término nem aditar os Contratos de Arrecadação ou celebrar novos contratos dessa natureza sem a anuência dos Debenturistas e informar imediatamente o término antecipado de qualquer dos Contratos de Arrecadação ao Agente Fiduciário;
- (xxiii) manter a sistemática de emissão das contas de água e esgoto do Município do Rio de Janeiro sob o código de arrecadação Febraban 1292 até a quitação das Obrigações; e
- (xxiv) promover, em até 2 (dois) anos da Data de Emissão, o aditamento dos Contratos de Arrecadação com os Bancos Arrecadores para garantir o funcionamento e a boa ordem do fluxo financeiro dos Direitos Creditórios Cedidos integralmente direcionados para a Conta Vinculada após a liquidação do FIDC CEDAE e a quitação da Terceira Emissão.

5.2. A Cedente, neste ato, autoriza o Banco Administrador de Contas, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do presente Contrato a reter, aplicar (nos termos da Cláusula 2.1.5 deste Contrato) e/ou resgatar aplicações financeiras e transferir os recursos existentes na Conta Vinculada, deduzidos os tributos e/ou taxas incidentes, vigentes à época dos resgates e das transferências.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 23-10-2013  
2013/10-09-SMC



19 MAR 2013

218 f

5.3. A Cedente, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, nomeia e constitui o Banco Administrador de Contas como seu procurador, de acordo com os artigos 653 e 684 do Código Civil Brasileiro, conferindo a ele poderes especiais para a finalidade específica de manter e gerir a Conta Vinculada, descrita na Cláusula 2.1 acima, com poderes para movimentar os recursos existentes na referida conta, de acordo com os termos do presente Contrato, sendo investido com todos os poderes necessários e incidentais ao seu objeto, e desde já reconhece que a manutenção de tal procuração é condição para a Emissão.

5.4. Caso o Agente Fiduciário seja substituído por outro em razão de qualquer motivo, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** se obriga, neste ato, a ceder a sua posição contratual detida neste Contrato a outro agente fiduciário, para a representação dos Debenturistas, devendo, porém, permanecer no exercício de suas funções decorrentes do presente Contrato até a data de sua efetiva substituição.

5.5. Sem prejuízo das demais obrigações dispostas neste Contrato e na Escritura, o Agente Fiduciário compromete-se a enviar mensalmente aos Debenturistas, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento, as informações que receber da Cedente nos termos do item "v" da cláusula 5.1 acima.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS

6.1. O Banco Administrador de Contas obriga-se a:

- (i) acompanhar, reter, aplicar e transferir os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente existentes na Conta Vinculada, conforme os termos acordados neste Contrato;
- (ii) informar em até 01 (um) dia útil ao Agente Fiduciário o descumprimento, por parte da Cedente, de qualquer obrigação referente à cessão fiduciária prevista neste Contrato;
- (iii) somente efetuar qualquer movimentação da Conta Vinculada após notificação expressa e por escrito do Agente Fiduciário, conforme o caso, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos no que lhe compete neste Contrato, inclusive conforme o disposto na Cláusula 1.1.5 e 1.1.6 deste Contrato; e
- (iv) enviar ao Agente Fiduciário, com 2 (dois) dias úteis de antecedência de cada Data de Pagamento de Remuneração, ou sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o Extrato



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 10-2013  
2013/10-09-SMC

19 MAR 2013

219

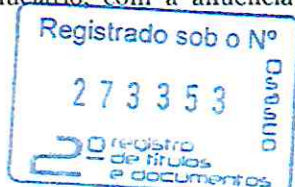
o histórico das movimentações e Aplicações deste período.

6.2. Exclusivamente (i) após o cumprimento integral das Obrigações ou (ii) na hipótese de substituição nos termos da Cláusula 6.3 abaixo, deverá a Cedente em conjunto com o Agente Fiduciário, notificar previamente e por escrito o Banco Administrador de Contas, servindo para esta finalidade a notificação de liberação total de recursos da Conta Vinculada, para que sejam transferidos para Conta de Livre Movimentação da Cedente ou outra conta vinculada, conforme indicado pelo Agente Fiduciário na referida notificação, ficando o Banco Administrador de Contas, a partir da entrega de tal documento e da transferência dos recursos da Conta Vinculada nos termos de tal notificação, eximido de qualquer responsabilidade adicional no que concerne ao controle da Conta Vinculada, dando-se por encerradas as obrigações do Banco Administrador de Contas no presente Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

6.3. O Banco Administrador de Contas poderá (i) ser substituído caso tiver cassada sua autorização para a prestação/execução dos serviços ora contratados ou por decisão em Assembleia Geral de Debenturistas ou (ii) isento de pagamento de qualquer multa ou indenização, renunciar e solicitar a sua substituição neste Contrato, a qualquer momento, inclusive em caso de falta de pagamento da remuneração devida ao Banco Administrador de Contas, devendo, porém, permanecer no exercício de suas funções decorrentes do presente Contrato até a data de sua efetiva substituição, ocasião em que deverá entregar ao seu substituto todos os valores depositados na Conta Vinculada, devendo prestar contas de sua gestão à Cedente e ao Agente Fiduciário, permanecendo o Banco Administrador de Contas responsável pelos atos efetivamente praticados sob sua gerência durante o período de exercício da função.

6.4. Nos casos de substituição de que trata a Cláusula 6.3 acima, a Cedente deverá contratar novo prestador de serviços de banco administrador de contas, a ser previamente aprovado pelos Debenturistas, por meio de assembleia geral de Debenturistas, para os fins deste Contrato no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da decisão de substituição ou do recebimento da notificação de renúncia do Banco Administrador de Contas, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, conforme procedimentos descritos na Escritura. A indicação e assunção das responsabilidades pela nova instituição financeira deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da decisão de substituição ou do recebimento da comunicação pela Cedente e pelo Agente Fiduciário da solicitação de substituição formulada pelo Banco Administrador de Contas, eximindo-se o Banco Administrador de Contas de toda e qualquer responsabilidade sobre os fatos gerados após o término desse prazo, seja a que tempo ou título for, independentemente de haver a nova instituição financeira assumido sua função.

6.5. O Banco Administrador de Contas deverá ser orientado por escrito pelo Agente Fiduciário, com a anuência da Cedente, sobre o destino dos recursos existentes na Conta



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-09-smc



19 MAR 2013

220 f

Vinculada no prazo de 2 (dois) dias úteis da efetivação da sua substituição, de acordo com a Cláusula 6.2 acima.

6.6. No caso de renúncia do Banco Administrador de Contas, caberá a ele prestar conta de todos os serviços que até então tenham sido prestados/executados, recebendo, em seguida, a importância a que eventualmente fizer jus, perdendo o direito a qualquer pagamento pelos serviços que não tenham sido concluídos.

6.6.1. Caso o Banco Administrador de Contas venha a ser substituído por determinação da Cedente e do Agente Fiduciário, será devido somente os valores em relação aos serviços das etapas já concluídas e que estejam, ainda, pendentes de pagamento.

6.7. Na ocorrência da substituição, deverá o Banco Administrador de Contas substituído, devolver à Cedente todos os documentos que, eventualmente, se encontrarem em seu poder, e entregar cópia de tais documentos ao Agente Fiduciário, desde que a entrega de tais informações não seja vedado por lei.

6.8. O banco substituto deverá aderir integralmente aos termos e condições deste Contrato e do respectivo contrato de abertura de conta corrente vinculada, e sucederá o banco substituído em todos os direitos e obrigações aqui previstos mediante celebração de aditivo a este Contrato.

6.9. O Banco Administrador de Contas não será responsável perante a Cedente, o Agente Fiduciário, ou ainda perante qualquer terceiro, pela inadimplência das obrigações constantes na Escritura ou em qualquer outro em que não seja parte.

6.10. O Banco Administrador de Contas também não será responsável perante a Cedente por qualquer ordem que, de boa-fé e no estrito cumprimento do disposto neste Contrato, vier a acatar do Agente Fiduciário, ainda que daí possam resultar perdas para a Cedente, para o Agente Fiduciário ou para qualquer terceiro.

6.11. O Banco Administrador de Contas não terá responsabilidade em relação a qualquer outro Contrato firmado entre as Partes do qual não for signatário e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as Partes ou intérprete das condições nele estabelecidas.

6.12. Na hipótese de controvérsia resultante do presente Contrato, inclusive, entre outras,



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-09-SMC

19 MAR 2013

221 f

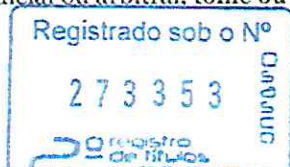
referente ao direito de quaisquer das Partes de dispor de qualquer quantia depositada na Conta Vinculada, o Banco Administrador de Contas terá direito a (i) reter qualquer quantia depositada na Conta Vinculada até que a controvérsia tenha sido resolvida ou determinada, por meio de processo judicial, arbitral ou de qualquer outro meio de composição de litígios com respeito ao destino a ser dado a tais quantias; ou (ii) a depositar qualquer quantia mantida na Conta Vinculada junto ao juízo competente, após o que o Banco Administrador de Contas será exonerado e liberado de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação oriunda do presente Contrato.

6.13. O Banco Administrador de Contas terá o direito de confiar em ordem ou sentença judicial ou arbitral ou notificação escrita do Agente Fiduciário que lhe for entregue, conforme previsto neste Contrato, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação e o Banco Administrador de Contas não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos decorrentes da ordem ou sentença judicial ou arbitral ou notificação escrita do Agente Fiduciário que lhe for entregue nos termos deste Contrato. Quando do recebimento de qualquer ordem ou sentença judicial, esta deverá ser imediatamente remetida às Partes, para que, caso entendam pela inveracidade ou inexactidão do documento, possam tomar as medidas que entenderem cabíveis.

6.13.1. Caso o Banco Administrador de Contas tenha recebido ordem judicial ou arbitral, nos termos da Cláusula 6.13 acima, e o Agente Fiduciário não venha a fornecer as instruções de cumprimento, o Banco Administrador de Contas estará autorizado a liquidar os investimentos existentes com vistas à obtenção dos recursos necessários para a realização de pagamento relacionado a tal ordem judicial, sem que lhe seja imputada qualquer responsabilidade nesse sentido.

6.14. O Banco Administrador de Contas não terá qualquer responsabilidade caso, os valores depositados em qualquer Conta Vinculada forem bloqueados e/ou arrestados por ordem administrativa ou judicial, emitida pela autoridade à qual o Banco Administrador de Contas esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal, cabendo ao Banco Administrador de Contas, tão somente, notificar, por escrito, a Cedente e o Agente Fiduciário no prazo de 1 (um) dia útil do seu conhecimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula 1.2 deste Contrato.

6.15. O Banco Administrador de Contas não será responsável caso, por força de decisão judicial ou arbitral, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013/03-19-2013  
2013/03-19-2013

#



19 MAR 2013

222 f

6.16. O Banco Administrador de Contas não terá qualquer responsabilidade pela eventual inexistência de recursos na Conta Vinculada, seja a que tempo ou título for.

6.17. Face aos procedimentos e condições estabelecidos neste Contrato, fica certa e definida a inexistência de qualquer responsabilidade ou garantia do Banco Administrador de Contas pelo pagamento das obrigações da Cedente perante os Debenturistas, constantes na Escriturar ou em qualquer outro contrato em que não seja parte, cabendo a este apenas e tão-somente a responsabilidade pela execução dos serviços estabelecidos neste Contrato.

6.18. Além das previstas em lei, este Contrato poderá ser rescindido/resilido de imediato e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses:

- (i) se quaisquer das Partes, exceto a CEDAE, falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, tiver sua falência ou liquidação requerida e sua substituição não seja possível para dar continuidade aos negócios previstos no presente Contrato; e
- (ii) se for concedida decisão judicial, mesmo que em caráter liminar, que verse sobre a proibição de práticas de quaisquer atos tendentes à execução das garantias constituídas e/ou sobre a liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente existentes na Conta Vinculada.

6.18.1. Caso a referida decisão proferida mencionada na alínea "ii" da Cláusula 6.18 acima não disponha textualmente sobre a liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente:

- (i) deverá a Parte requerente solicitar ao juízo ou ao tribunal arbitral da causa que se manifeste sobre o assunto, ficando mantidas as obrigações de remuneração do Banco Administrador de Contas, até que o juiz ou o árbitro, conforme aplicável, determine a liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente existentes na Conta Vinculada.
- (ii) poderá o Banco Administrador de Contas, a seu exclusivo critério, efetuar o depósito judicial do valor em conta à disposição do juízo, hipótese em que o depósito judicial liberará o Banco Administrador de Contas das responsabilidades e porá fim imediato à sua relação contratual, sem implicar em violação à cláusula de confidencialidade.

6.19. A infração de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas poderá ensejar a



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 2013/10-05-SMC

19 MAR 2013

223

substituição do Banco Administrador de Contas, por simples notificação escrita com indicação da denúncia à Parte infratora, que terá prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento, para sanar a falta. Decorrido o prazo e não tendo sido sanada a falta, o Banco Administrador de Contas deverá ser substituído em conformidade com os dispositivos aplicáveis das Cláusulas 6.3 a 6.8, respondendo ainda, a Parte infratora pelas perdas e danos decorrentes de sua infração.

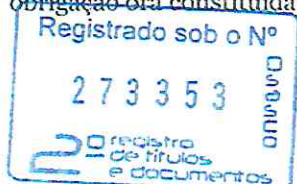
6.20. O Banco Administrador de Contas não prestará à Cedente e/ou ao Agente Fiduciário serviços de assessoria e/ou consultoria de qualquer espécie.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS

7.1. A Cedente pagará ao Banco Administrador de Contas a título de remuneração pelos serviços prestados nos termos e durante o período de vigência deste Contrato, o valor correspondente a R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), a ser pago no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao mês da prestação de serviços ou, caso o referido dia recaia em final de semana ou feriado, ou, por qualquer outro motivo não seja considerado dia útil, o pagamento dar-se-á no próximo dia útil imediatamente posterior. Adicionalmente, junto com a primeira tarifa de remuneração, a Cedente pagará ao Banco Administrador de Contas em uma única parcela e a título de implantação dos serviços ora contratados, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

7.1.1. Os custos apresentados neste Contrato serão atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como data base para o reajuste a data de assinatura deste Contrato. No entanto, tal índice não será aplicado, caso se mostre negativo no período e, na hipótese de sua extinção ou descaracterização como índice de atualização monetária, passará a ser adotado, em substituição, para o cálculo dos reajustamentos dos preços estabelecidos neste Contrato, os novos índices de atualização monetária que, por disposição legal, vierem a substituí-lo, e, na sua ausência, uma nova fórmula de atualização monetária será ajustada de comum acordo entre as Partes.

7.2. Os valores devidos ao Banco Administrador de Contas serão pagos pela Cedente, até o efetivo rompimento ou cumprimento do Contrato, nos termos desta Cláusula Sétima, mediante débito na conta corrente nº 510.000-3, mantida por ela na agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A., valendo os comprovantes do débito como recibo dos pagamentos efetuados, ficando, desde já, o Banco Administrador de Contas autorizado expressamente pela Cedente, de forma irrevogável e irretratável, a realizar os débitos acima referidos, como forma de pagamento da obrigação ora constituída.



Depto Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013/10-09-SMC



19 MAR 2013

224

7.3. Na hipótese da conta corrente nº 510.000-3 não possuir saldo suficiente para garantir o pagamento da obrigação referida na Cláusula 7.1 acima, ou encontrar-se indisponível para débito por qualquer motivo, a Cedente autoriza expressamente o Banco Administrador de Contas, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, a seu exclusivo critério, a debitar em outra conta de depósito, incluindo a Conta Vinculada, resgatar aplicação mantida pela Cedente no Banco Bradesco S.A. ou emitir fatura diretamente à Cedente, relativos aos valores devidos ao Banco Administrador de Contas, pelos serviços ora prestados.

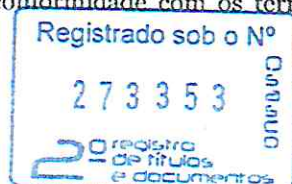
7.3.1. Caso o pagamento pela prestação de serviços não seja realizado pela Cedente, observado o disposto na Cláusula 7.3 acima, considerar-se-á inadimplente a partir da data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento podendo o Banco Administrador de Cotas solicitar sua substituição no Contrato, ou suspender a prestação dos serviços até o efetivo pagamento dos valores que lhes forem devidos. Em ambas as hipóteses o Banco Administrador de Contas poderá, ao seu exclusivo critério, adotar as medidas que entender necessárias para o recebimento da remuneração devida e não paga.

7.4. O inadimplemento pela Cedente das obrigações de pagamento descritas nesta cláusula, caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Cedente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pelo Banco Administrador de Contas; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA LEGITIMIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Cedente reconhece a legitimidade extraordinária do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas para executar a presente cessão fiduciária e promover a cobrança de quaisquer valores decorrentes deste Contrato, podendo, para tanto, contratar e destituir advogados, com poderes “ad judicium”, intimar, notificar, interpelar, transigir, desistir, dar e receber quitação, com poderes, ainda, para praticar qualquer ato e assinar qualquer documento ou instrumento necessário no cumprimento de suas funções de credor da presente cessão fiduciária.

8.2. O Agente Fiduciário contratado pela Cedente deverá atuar no presente Contrato em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com as suas expressas instruções, em total conformidade com os termos e condições previstos na Escritura. Nesse sentido, sempre que



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 25-10-2013  
2013/10-07-SMC

19 MAR 2013

2254

neste instrumento estiverem previstos quaisquer atos ou decisões a serem tomados pelos Debenturistas, eles serão tomados em Assembleia Geral, observados os quóruns de convocação e deliberação previstos na Escritura, e serão executados pelo Agente Fiduciário em estrita observância às disposições deste Contrato, da Escritura e da Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO

9.1. A Cedente deverá efetuar o registro do presente Contrato e de seus eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro e de Osasco, no Estado de São Paulo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua assinatura, devendo 1 (uma) via original devidamente registrada do contrato ser enviada ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data do registro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

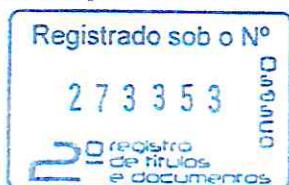
10.1. Este Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. A Cedente declara e garante ao Agente Fiduciário que:

(i) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto pelas autorizações necessárias e previstas neste Contrato;

(ii) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente decorrem de operações efetivamente realizadas pela Cedente;



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 23-10-2013  
2013/10-05-SMC



19 MAR 2013

226f

(iii) a celebração deste Contrato, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem qualquer obrigação assumida por ela, exceto pelas autorizações previstas neste Contrato;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;

(v) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que a afete, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(vi) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(vii) está apta a observar as disposições previstas neste Contrato e agirão em relação a ela de boa-fé, probidade e lealdade durante sua execução;

(viii) tem experiência em contratos semelhantes a este e/ou outros relacionados;

(ix) não se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar o presente Contrato e/ou quaisquer outros contratos e/ou documentos a ele relacionados;

(x) a Cedente é legítima titular dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e da Conta Vinculada, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia decorrente deste Contrato;

(xi) os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, passarão automaticamente a ter a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel, a posse indireta e a ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e da Conta Vinculada, responsabilizando-se a Cedente, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, pela existência e correta formalização deste Contrato, bem como pela operacionalização do fluxo de Direitos Creditórios Cedidos à Conta Vinculada, declarando, ainda, que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e a Conta Vinculada estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail de 28-10-2013  
2013/10-22-5mc

19 MAR 2013

227

ônus reais, cessão ou gravames de qualquer natureza, inclusive, sem limitação, a qualquer direito de oneração ou alienação e assim deverão permanecer até o cumprimento integral das Obrigações; e

(xii) todos os Contratos de Arrecadação celebrados entre a Cedente e cada um dos Bancos Arrecadadores listados no Anexo VI deste Contrato são os únicos Contratos de Arrecadação em vigor e não há qualquer aditamento a tais contratos que não tenham sido informado ao Agente Fiduciário, assim como não há quaisquer outros meios de arrecadação dos Direitos Creditórios Cedidos que não aquele estabelecido nos Contratos de Arrecadação.

11.2. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

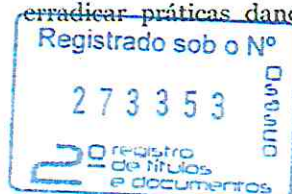
(i) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;

(ii) não utilizam de trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da consolidação das leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e serviços;

(iii) não empregam menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas);

(iv) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

(v) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 05-10-2013  
2012/10-03-SMC



19 MAR 2013

legislação vigente no que tange a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais;

(vi) estão investidas de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e, (ii) que a assinatura e o cumprimento do presente Contrato não resultam violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas; e

(vii) tiveram prévio conhecimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato, concordando expressamente com todos os seus termos.

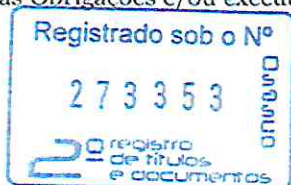
11.3. A Cedente e o Agente Fiduciário, na forma aqui representados, declaram estar ciente das disposições do Código de Conduta Ética da Organização Bradesco, cujo exemplar lhe é disponibilizado no site [www.bradesco.com.br/ri](http://www.bradesco.com.br/ri), link Governança Corporativa / Códigos de Ética, bem como do comprometimento em cumpri-lo e fazê-lo cumprir por seus empregados ou prepostos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito, como foro competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Cumprimento das Obrigações. A propositura ou não, pelo Agente Fiduciário, de qualquer ação, medida, procedimento ou processo para exigir o cumprimento de parte ou da totalidade das Obrigações e/ou executar a presente cessão fiduciária, não afetará ou diminuirá o direito do



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-05-SMC

19 MAR 2013

2291

Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de propor qualquer ação ou processo contra qualquer Cedente, para a cobrança de qualquer quantia devida em virtude das Obrigações e/ou deste Contrato.

13.2. Execução Específica. Este Contrato será regido e interpretado pelas leis brasileiras, especialmente os artigos 461, 461-A e 632 do Código de Processo Civil, comportando execução específica das obrigações de fazer e não fazer aqui previstas. Para fins e efeitos legais, este Contrato, assinado por duas testemunhas, constitui-se em título executivo extrajudicial, cobrável através de processo de execução nos termos do artigo 585, II do Código de Processo Civil.

13.3. Despesas. Todas as despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário nos termos deste Contrato, inclusive para a cessão ou transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas razoáveis de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato no Cartório competente, serão de total, única e exclusiva responsabilidade da CEDAE.

13.4. Irrevogabilidade e Sucessão. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as Partes e seus sucessores e cessionários a qualquer título.

13.5. Cessão. Os direitos e obrigações derivados deste Contrato não poderão ser cedidos por qualquer das Partes sem o prévio e expresse consentimento por escrito da outra por meio de assembleia geral de Debenturistas, ressalvado o disposto nas Cláusulas 5.4, 6.3 e 6.8 deste Contrato.

13.6. Comunicações e Pessoas Autorizadas. Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, para as pessoas e endereços indicados no Anexo V deste Contrato, ou em outros que as Partes venham a indicar por escrito no curso da vigência deste Contrato:

13.6.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 23-10-2013  
2013710-02-SMC



19 MAR 2013

13.6.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

13.6.3. O Banco Administrador de Contas acatará ordens exclusivamente do Agente Fiduciário, respeitadas as regras e procedimentos definidos neste Contrato, e somente prestará informações à Cedente e ao Agente Fiduciário, desde que tais ordens e/ou solicitações de informações estejam devidamente assinadas: (i) pelos representantes legais, acompanhada dos documentos de representação; (ii) pelos mandatários constituídos por procuração específica, acompanhada dos documentos de representação; ou (iii) pelos indicados, de forma isolada, na Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato ("Pessoas Autorizadas"), constantes do Anexo V deste Contrato.

13.6.4. As ordens e/ou solicitações de informações mencionadas na Cláusula 13.6.3 acima poderão ser enviadas por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), desde que o meio utilizado possa identificar o representante legal e/ou a Pessoa Autorizada, seja pela Cedente ou pelo Agente Fiduciário.

13.6.5. Nos casos em que a comunicação ocorrer por meio eletrônico, a Cedente e o Agente Fiduciário deverão confirmar por telefone o recebimento das ordens pelo Banco Administrador de Contas, sob pena de não surtirem efeito.

13.6.6. As notificações que tenham por objeto a liberação de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente existentes na Conta Vinculada, nos termos deste Contrato, somente serão aceitas pelo Banco Administrador de Contas quando enviadas por correspondência ou por fac-símile, com as firmas reconhecidas em Cartório de Notas, inclusive nas comunicações efetuadas por fac-símile.

13.6.7. A Cedente e o Agente Fiduciário obrigam-se a comunicar ao Banco Administrador de Contas, de imediato, as alterações, inclusões e exclusões de qualquer Pessoa Autorizada ou dados informados, promovendo a atualização do Anexo V, mediante simples comunicação das Partes, enviada ao Banco Administrador de Contas, passando a referida comunicação a ser parte integrante deste Contrato.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-02-SMC

19 MAR 2013

2311

13.6.8. As ordens e/ou solicitações de informações transmitidas pelas Pessoas Autorizadas do Agente Fiduciário serão accitas pelo Banco Administrador de Contas até que este seja notificado do contrário, por escrito, por Pessoas Autorizadas e desde que de acordo com os termos deste Contrato.

13.6.9. Em caso de ambiguidade das ordens e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o Banco Administrador de Contas:

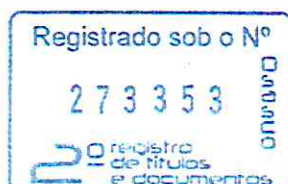
- (i) informar, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, imediatamente ao Agente Fiduciário a respeito dessa ambiguidade; e
- (ii) recusar-se a cumprir essas instruções até que a ambiguidade seja sanada.

13.6.10. O Agente Fiduciário deverá realizar as confirmações de que trata a Cláusula 13.6.5 acima, com as pessoas devidamente autorizadas pelo Banco Administrador de Contas por meio de procuração ou com as Pessoas Autorizadas indicadas no Anexo V deste Contrato.

13.6.11. Fica convencionado entre as Partes que as comunicações previstas neste Contrato, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste Contrato, sempre confirmada a recepção imediatamente, direcionadas e recebidas por pessoas com poderes para tanto.

13.6.12. O Banco Administrador de Contas cumprirá, sem qualquer responsabilidade, as ordens e/ou solicitações de informações que acreditar de boa-fé terem sido dadas por Pessoas Autorizadas do Agente Fiduciário.

13.6.13. O Banco Administrador poderá se pautar em quaisquer avisos, instruções ou solicitações, por escrito, que lhe sejam enviados, dentro das especificações contidas nesta Cláusula 13.6, e que tenha motivos para acreditar que sejam documentos autênticos firmados ou apresentados pela(s) Parte(s) competente(s), não sendo responsável por quaisquer atos ou omissões amparados em tais documentos. O Banco Administrador de Contas não estará obrigado a examinar ou investigar a validade, precisão ou conteúdo dos referidos documentos.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25-10-2013  
2013/10-09-SMC



19 MAR 2013

232

13.7. Independência das Disposições. Ainda que cláusula ou outra disposição deste Contrato seja considerada por uma autoridade governamental como sendo inválida, ilegal ou inexecutável, todas as demais cláusulas e disposições deste Contrato deverão permanecer válidas, legais e executáveis. Caso qualquer cláusula ou disposição seja considerada inválida, ilegal ou inexecutável, as Partes deverão negociar, de boa-fé, a modificação deste Contrato para manter a intenção original das Partes.

13.8. Novação. Qualquer concessão ou tolerância de qualquer das Partes pelo (i) não cumprimento, ou cumprimento parcial, pela outra, de qualquer obrigação relacionada a este Contrato, (ii) não exigência de adimplemento de determinada obrigação, ou, ainda, (iii) a admissão de cumprimento de obrigação de forma diversa da prevista neste Contrato, será considerada mera liberalidade, não constituindo, tácita ou implicitamente, em novação, precedente invocável, alteração tácita de seus termos, renúncia de direitos, remissão de obrigações e nem direito adquirido pela outra Parte.

13.9. Alteração. Este Contrato somente poderá ser alterado por meio de termo aditivo assinado pelas Partes, que passará a fazer parte integrante deste Contrato.

13.10. Confidencialidade. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão, inclusive após a rescisão deste Contrato, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação/execução de serviços objeto deste Contrato. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial, por autoridade fiscalizadora ou ainda se fizer necessário para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relativo ao escopo dos serviços prestados.

13.10.1. Excluem-se deste Contrato as informações: (i) de domínio público; e, (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora.

13.10.2. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme especificado na Cláusula 13.10 acima, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa,



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 2013/10-09-Sin C

79 MAR 2013

2334

imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer das informações sigilosas.

13.11. As Partes são consideradas contratantes independentes e nada do presente Contrato criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.

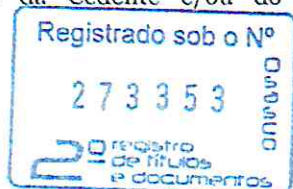
13.12. As Partes reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as Partes ou seus empregados ou prepostos.

13.13. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da Cedente, cabendo os respectivos recolhimentos ao sujeito passivo, seja como contribuinte ou responsável, conforme definido na lei tributária.

13.14. A Cedente e o Agente Fiduciário reconhecem, neste ato, que os serviços prestados pelo Banco Administrador de Contas estão sujeito às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que podem vir a ser alterados. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou em parte limite a prestação do serviço ora contratado, o Banco Administrador de Contas deverá solicitar à Cedente e ao Agente Fiduciário novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas por meio deste Contrato, que sejam de comum acordo entre as Partes.

13.15. O Banco Administrador de Contas em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritos no presente Contrato, que tenham sido praticados por terceiros anteriormente contratados pela Cedente e pelo Agente Fiduciário.

13.16. Com exceção das obrigações imputadas ao Banco Administrador de Contas neste Contrato e do disposto no Código Civil Brasileiro em vigor, o Banco Administrador de Contas deverá ser mantido indene de qualquer outra responsabilidade decorrente de atos ou fatos por parte da Cedente e/ou do Agente Fiduciário, seus administradores, representantes e



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 23/10/2012  
2012/10-09-SMC



19 MAR 2013

234

empregados, a não ser no caso de culpa manifesta relacionada às responsabilidades do Banco Administrador de Contas previstas neste Contrato, dolo ou má-fé devidamente comprovados.

13.17. Este Contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

13.18. O Banco Administrador de Contas não se responsabilizará por quaisquer atos, fatos e/ou obrigações contraídas pela Cedente e/ou pelo Agente Fiduciário, seus administradores, representantes, empregados e prepostos, na Escritura, seja a que tempo ou título for.

13.19. Fica expressamente vedada à Cedente e ao Agente Fiduciário, a utilização dos termos deste Contrato em divulgação ou publicidade, bem como, o uso do nome, marca e logomarca do Banco Administrador de Contas, para qualquer finalidade e em qualquer meio de comunicação, quer seja na mídia impressa, escrita, falada ou eletrônica, incluindo-se, porém, sem se limitar, a publicação em portfólio de produtos e serviços, links etc., sendo que a sua infração poderá ensejar a rescisão automática do presente Contrato, a critério do Banco Administrador de Contas, além de sujeitar-se a Cedente e/ou o Agente Fiduciário, ao pagamento da multa contratual e perdas e danos que forem apuradas, em sentença judicial condenatória transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva ou emissão de laudo arbitral definitivo.

13.20. Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.21. Este Contrato constitui todo o entendimento e acordo entre as Partes e substitui todas as garantias, condições, promessas, declarações, contratos e acordos verbais ou escritos, anteriores sobre o objeto deste Contrato.

13.22. Exceto se de outra maneira previsto neste Contrato e/ou na legislação aplicável, todos os custos e despesas, incluindo, mas não se limitando a honorários e despesas de advogados, consultores financeiros e auditores, incorridos com relação a esse Contrato e as operações aqui contempladas serão pagos pela Parte que incorrer nestes custos e despesas.

13.23. Os Anexos, devidamente rubricados pelas Partes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivesse transcrito.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 03/06/2013  
0013/10-09-ETMC

19 MAR 2013

2354

E, por estarem justas e acordadas, assinam as Partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 23 de outubro de 2013.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco, segue página de assinaturas]



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 0013/10-03-SmC



19 MAR 2013

23/6

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., em 23 de outubro de 2013 - Página 1 de 4)

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

na qualidade de Cedente

Nome:

Eng.º Wagner Granja Victor

Cargo:

Presidente da CEDAE  
Matr. 8.000.423-6

Nome:

Cargo:

Renato Prates Rodrigues  
Diretor Administrativo-Financeiro  
e de Relações com Investidores  
DF - CEDAE

43. VÍCIO DE NOTAS - TERNANHA DE PRELHAS LEITÃO-TABELIA  
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
WAGNER GRANJA VICTOR

SELO(S): SNL39231

FET. 0,75 PLUNPER. 0,19 PLUNPER. 0,19 PLUNARPEN. 15 PVMCMV. 07 EMOB. 97 TOTAL 5,36

RJ, 24 de Outubro de 2013 - Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

Em Testemunho da verdade.

MAT. 94-16263-THIAGO FERREIRA DE ALMEIDA-ESCREVENTE



43. VÍCIO DE NOTAS - TERNANHA DE PRELHAS LEITÃO-TABELIA  
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
RENATO PRATES RODRIGUES

SELO(S): SNL39236

FET. 0,75 PLUNPER. 0,19 PLUNPER. 0,19 PLUNARPEN. 15 PVMCMV. 07 EMOB. 97 TOTAL 5,36

RJ, 24 de Outubro de 2013 - Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

Em Testemunho da verdade.

MAT. 94-16263-THIAGO FERREIRA DE ALMEIDA-ESCREVENTE



Registrado sob o Nº

273353

2º registro  
de títulos  
e documentos

Depto. Jurídico

Doc. analisado conforme

e-mail: 25-10-2013  
2013/10-03-SMC

19 MAR 2013

237

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., em 23 de outubro de 2013 - Página 2 de 4)

# **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

na qualidade de Agente Fiduciário

Nome: Pedro Silva  
Cargo: Procurador

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO  
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131024102345  
Reconheço por semelhança a firma de PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA, a qual confere com o padrão arquivado em Cartório.  
Valores Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 2013  
Firma.....R\$ 4.09 Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
Proc.dados.....R\$ 1.45  
Total.....R\$ 5.54 ESCRIVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 20.3/10-08-smc

Handwritten signature or mark.



19 MAR 2013

238

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., em 23 de outubro de 2013 - Página 3 de 4)

**BANCO BRADESCO S.A.**

na qualidade de Banco Administrador de Contas

Nome: 66388 - José Carlos da Silva  
Cargo:

Nome: 104643 - Fátima Alves Gonçalves de Barros  
Cargo:



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail 25/10-2013  
2013/10-09-5mC

19 MAR 2013

2398

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., em 23 de outubro de 2013- Página 4 de 4)

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

José Donizetti de Oliveira  
RG: 13.339.450  
CPF: 048.251.468-05



2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 273.353, DO LIVRO E  
Osasco, 29 de outubro de 20 13

ANDREA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA  
PROTOCOLO N.º 273.353

Total Pago: R\$ 12.526,45 Sendo 62,50% R\$ 7.829,02  
devido ao Oficial e 37,50% distribuídos entre Estado, IPESP, Reg.  
Civil e Trib. de Justiça, conforme artigo 19 da Lei 11.331/2002.



Depto. Jurídico  
Doc. analisado conforme  
e-mail: 2013/10-09-smc  
2013/10-09-smc

#



19 MAR 2013

240

**Anexo I ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento de procuração, **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Outorgante"), em decorrência da garantia constituída nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato"), celebrado entre a Outorgante, o Outorgado (conforme abaixo definido) e o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, na qualidade de banco administrador de contas ("Banco Administrador de Contas"), no âmbito da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Outorgante ("Emissão"), no valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente, "Debêntures" e "Emissão"), nomeia e constitui, até o integral pagamento das obrigações previstas no "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE" ("Escritura") e no Contrato, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos dos artigos 653 e 684 do Código Civil, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de representante dos titulares das debêntures da Emissão ("Debenturistas" ou "Outorgado"), como seu único e exclusivo procurador, para, agindo isoladamente:





19 MAR 2013

2419

(a) ter acesso às informações da conta corrente de titularidade da Outorgante mantida na agência 2373, sob o nº 36067-8 do Banco Administrador de Contas (237) ("Conta Vinculada") e de quaisquer investimentos feitos com os recursos da Conta Vinculada nos termos da Cláusula 2.1.5 deste Contrato ("Aplicações") por meio de extratos da Conta Vinculada e das Aplicações a serem emitidos pelo Banco Administrador de Contas mensalmente e sempre que solicitado, podendo receber informações sobre seus saldos e movimentá-los, ficando o Banco Administrador de Contas instruído a acatar somente as orientações enviadas por escrito pelo Outorgado, com relação a movimentações de todos os recursos depositados na Conta Vinculada, com exceção das Cláusulas 1.1.5 e 1.1.6 do Contrato;

(b) em caso de inadimplemento do Contrato e/ou da Escritura ou das Debêntures e/ou de declaração de vencimento antecipado das debêntures da Emissão, assim definido na Escritura, dispor (i) dos direitos creditórios que a Outorgante detém e/ou virá a deter contra os usuários das categorias residencial, comercial e/ou industrial, dos serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável e de coleta, transporte e tratamento de esgotos prestados pela Outorgante no município do Rio de Janeiro, nos termos do "*Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações*" celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Outorgante e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007 ("Contrato de Concessão"), com exceção da Área de Planejamento 5 (conforme definido no Contrato de Concessão), arrecadados por meio de contas de água e esgoto, boletos ou documentos similares identificados pelo código de arrecadação Febraban 1292, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos usuários à Outorgante, exceto pelos direitos creditórios cedidos e retidos, (1) na conta corrente centralizadora mantida pela Cedente no Itaú Unibanco S.A. ("Agente de Pagamentos"), na qual é centralizado todo o recebimento das contas de água e esgoto de emissão da Cedente com código de arrecadação Febraban 1292, de arrecadação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Cedente ("FIDC CEDAE"), nos termos do "*Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças*", firmado em 1º de dezembro de 2011, entre a CEDAE e o FIDC CEDAE, com a interveniência do Agente de Pagamentos, do Banco do Brasil S.A. e do BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e (2) na conta corrente não movimentável e de titularidade da Cedente mantida na agência 2373-6 do Banco Bradesco S.A., sob o nº 32.249-0, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 16 de janeiro de 2013, entre a CEDAE, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., (ii) os direitos creditórios da Outorgante sobre a Conta Vinculada, conforme definido no Contrato, e (iii) quaisquer investimentos feitos com os recursos da Conta Vinculada e seus respectivos rendimentos (em conjunto, os "Direitos Creditórios Cedidos");





19 MAR 2013

242

Fiduciariamente”), mediante cessão, alienação ou transferência, aplicando o produto obtido exclusivamente na amortização ou liquidação dos débitos da Outorgante perante os Debenturistas, ainda que antecipadamente, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial;

(c) em caso de inadimplemento do Contrato e/ou da Escritura ou das Debêntures e/ou de declaração de vencimento antecipado, receber diretamente, bem como utilizar as quantias recebidas e a serem recebidas por conta dos recursos depositados na Conta Vinculada, podendo firmar, em nome da Outorgante, todo e qualquer documento que se fizer necessário para o recebimento ou a transferência destes recursos, bem como todo e qualquer órgão ou entidade, público ou privado, que se fizer necessário, alocar os respectivos recursos para o pagamento de valores vencidos e não pagos, no caso de inadimplemento ou, no caso de declaração do vencimento antecipado, para o pagamento integral das obrigações das Debêntures previstas na Escritura e no Contrato e deduzir todas as despesas razoáveis incorridas com a cessão ou transferência e devolver o saldo remanescente, se houver, à Outorgante; e

(d) em caso de excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, o Outorgado, poderá, ainda, exercer sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente inclusive poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para (i) utilizar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente diretamente no pagamento integral das obrigações das Debêntures previstas na Escritura e no Contrato, (ii) após os recursos serem transferidos para a Conta Vinculada, ceder ou transferir extrajudicialmente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto para empresas concorrentes, diretos ou indiretos, da Outorgante, e (iii) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos.

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

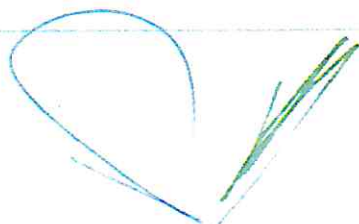


100143

19 MAR 2013

2434

**Anexo II ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**









79 MAR 2013

204

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO FIDC CEDAE, AO AGENTE DE PAGAMENTOS E AO  
CUSTODIANTE DO FIDC CEDAE**

Rio de Janeiro, [--] de [--] de 2013

Ao

**Itaú Unibanco S.A.**

(na qualidade de agente de pagamentos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE)

Av. Nações Unidas, nº 7.815 – 10º andar

At: Sr. José Manuel Canosa Monteiro e Sr. Marcelo Amorim

Com cópia para:

**Itaú Unibanco S.A.**

(na qualidade de custodiante do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE)

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707 – Torre Eudoro Villela – 10º andar

At.: Sr. Alessandro Fernandes de Carvalho e Sr. Heraldo Garcia Sayão

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e  
Esgotos – CEDAE**

(representado por seu administrador, Caixa Econômica Federal)

Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar

At.: Gerência Nacional de Fundos Especiais

**Ref.: Cessão fiduciária de direitos creditórios aos titulares da 4ª Emissão de  
Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie  
Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com  
Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos –  
CEDAE**

Prezados Senhores:

Pela presente, a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**,  
sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão  
de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP



19 MAR 2013

2454

20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04 ("Companhia"), neste ato devidamente representada, faz referência ao "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado em 1º de dezembro de 2011 entre o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("FIDC CEDAE") e a Companhia, com interveniência do Itaú Unibanco S.A., do Banco do Brasil S.A. e do BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Contrato de Cessão do FIDC"), vem notificar V.Sas. de que:

a) para todos os fins e efeitos legais, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, foi celebrado, em 23 de outubro de 2013, o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", entre a Companhia, na qualidade de Cedente, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Agente Fiduciário da Quarta Emissão"), e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco administrador de conta ("Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão" e "Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão", respectivamente);

b) em razão do Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão acima descrito e em razão dos termos da Cláusula 4.7.1 do Contrato de Cessão FIDC, todos os recursos recebidos na conta corrente centralizadora mantida pela Companhia no Itaú Unibanco S.A. ("Agente de Pagamentos" e "Conta Centralizadora", respectivamente), que excederem ao valor indicado no Relatório de Direitos Creditórios Cedidos, deverão ser depositados, pelo Agente de Pagamentos, a partir da quitação das obrigações da Companhia na terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Terceira Emissão"), na conta corrente não movimentável e de titularidade da Companhia mantida na agência 2373 do Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão, sob o nº 36067-8 ("Conta Vinculada da Quarta Emissão"), aberta e mantida pela Companhia exclusivamente para os fins previstos no Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão, sendo que somente o depósito nesta conta quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional; e

c) igualmente, em razão do Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão acima descrito, após a liquidação do FIDC CEDAE, todos os recursos recebidos na Conta





19 MAR 2013

2464

Centralizadora que seriam transferidos à Conta Autorizada do Fundo, deverão ser depositados, pelo Agente de Pagamentos, na Conta Vinculada da Quarta Emissão, sendo que somente o depósito nesta conta quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional.

A partir da quitação da Terceira Emissão e até a liquidação do FIDC CEDAE e encerramento da Conta Centralizadora, o Agente de Pagamentos deverá acatar as instruções do Agente Fiduciário da Quarta Emissão em relação ao pagamento e forma de quitação dos recursos excedentes da Conta Centralizadora do FIDC, mantida no Agente de Pagamentos (limitado aos recursos que excederem ao valor indicado no Relatório de Direitos Creditórios Cedidos até o término do prazo de duração do FIDC CEDAE), sendo que o pagamento devido nos termos do Contrato de Cessão FIDC será efetuado somente na forma estabelecida nos itens (a) a (c) acima, salvo expressa ordem em contrário da Companhia, com expressa anuência do Agente Fiduciário da Quarta Emissão.

Outrossim, reafirmamos a necessidade de continuidade da prestação dos serviços do Itaú Unibanco S.A. contratados no "Contrato de Prestação de Serviços de Centralização e Pagamento de Valores e Outras Avenças", celebrado em 20 de dezembro de 2011, conforme aditado até a liquidação do FIDC CEDAE.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**

na qualidade de cedente

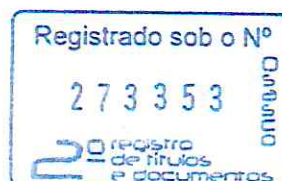
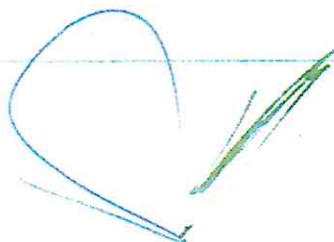
Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

De acordo:



100143

19 MAR 2013

247 f

ITAÚ UNIBANCO S.A.

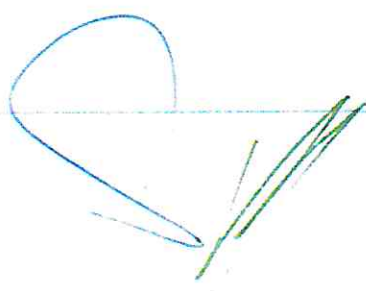
na qualidade de agente de pagamentos do FIDC CEDAE

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:





19 MAR 2013

2481

**Anexo III ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS DA  
TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES**

Rio de Janeiro, [--] de [--] de 2013

Ao

**Banco Bradesco S.A.**

(na qualidade de Banco Administrador de Contas da Terceira Emissão de Debêntures da  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE)

Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar

CEP 06029-900 – Osasco – São Paulo

At: Sr. Marcelo Tanouye Nurchis e Sr. Yoiti Watanabe

E à

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

(na qualidade de Agente Fiduciário da Terceira Emissão de Debêntures da Companhia Estadual  
de Águas e Esgotos – CEDAE)

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos  
Jurídicos e Estruturação)

**Ref.: Cessão fiduciária de direitos creditórios aos titulares da 4ª Emissão de  
Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie  
Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com  
Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos –  
CEDAE**

Prezados Senhores:

Pela presente, a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**,  
sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão  
de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP



X

19 MAR 2013

249

20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04 ("Companhia"), neste ato devidamente representada, faz referência ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 16 de janeiro de 2013 entre a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Pentágono"), a Companhia e o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco", "Contrato de Cessão da Terceira Emissão", respectivamente), vem notificar V.Sas. de que:

a) para todos os fins e efeitos legais, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, foi celebrado, em 23 de outubro de 2013, o "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*", entre a Companhia, na qualidade de Cedente, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Agente Fiduciário da Quarta Emissão"), e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco administrador de conta ("Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão" e "Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão", respectivamente); e

b) em razão do Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão acima descrito, todos os recursos recebidos na Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão da Terceira Emissão) que excederem o Valor Mínimo e o Valor Mínimo Ajustado (conforme definidos no Contrato de Cessão da Terceira Emissão) e que seriam transferidos à Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Cessão da Terceira Emissão), deverão ser depositados, a partir da presente data, na conta corrente não movimentável e de titularidade da Companhia mantida na agência 2373 do Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão, sob o nº 36067-8 ("Conta Vinculada da Quarta Emissão"), aberta e mantida pela Companhia exclusivamente para os fins previstos no Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão, sendo que somente o depósito nesta conta quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional.

A partir da presente data e até a quitação das debêntures da Terceira emissão de debêntures simples da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e encerramento da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão da Terceira Emissão), o Banco Bradesco S.A. deverá acatar as instruções do Agente Fiduciário da Quarta Emissão em relação ao pagamento e forma de quitação dos recursos excedentes da Conta Vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão da Terceira Emissão) que excederem o Valor Mínimo e ao Valor Mínimo





19 MAR 2013

2504

Ajustado, conforme definido no Contrato de Cessão da Terceira Emissão, sendo que o pagamento devido nos termos do Contrato de Cessão da Terceira Emissão será efetuado somente na forma estabelecida nos itens (a) e (b) acima, salvo expressa ordem em contrário da Companhia, com expressa anuência do Agente Fiduciário da Quarta Emissão.

Outrossim, reafirmamos a necessidade de continuidade da prestação dos serviços com relação ao Contrato de Cessão da Terceira Emissão até a quitação das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**

na qualidade de cedente

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

De acordo:

**BANCO BRADESCO S.A.**

na qualidade de Banco Administrador de Contas da terceira emissão de debêntures

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Registrado sob o Nº

273353

2º registro  
de títulos  
e documentos

DATA

#

100143

19 MAR 2013

251

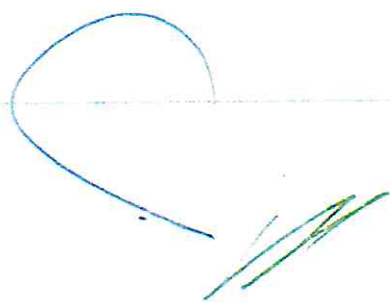
na qualidade de Agente Fiduciário da terceira emissão de debêntures

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:









2521

**Anexo IV ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS BANCOS ARRECADADORES**

Rio de Janeiro, [--] de [--] de 2013

Ao

[--]

(na qualidade de Banco Arrecadador)

[--]

At: [--]

Ref.: Cessão fiduciária de direitos creditórios aos titulares da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE

Prezados Senhores:

Pela presente, a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04 ("Companhia"), neste ato devidamente representada, faz referência ao "[Contrato para Prestação de Serviços de Arrecadação]" celebrado em [--] de [--] de [--], [conforme aditado [em/até] [--] de novembro de 2011], entre o [--] ("Banco Arrecadador"), o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("FIDC CEDAE") e a Companhia ("Contrato de Arrecadação"), vem notificar V.Sas. de que:

- a) para todos os fins e efeitos legais, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, foi celebrado, em 23 de outubro de 2013, o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", entre a Companhia, na qualidade de Cedente, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão



19 MAR 2013

2539

dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE ("Agente Fiduciário da Quarta Emissão"), e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco administrador de conta ("Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão" e "Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão", respectivamente); e

b) em razão do Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão acima descrito, todos os recursos arrecadados por meio de contas de água e esgoto, boletos ou documentos similares identificados pelo código de arrecadação Febraban 1292 pelo Banco Arrecadador e que seriam transferidos à conta corrente centralizadora mantida pela Companhia no Itaú Unibanco S.A. ("Conta Centralizadora"), deverão ser depositados, após a liquidação do FIDC CEDAE e mediante aditamento do Contrato de Arrecadação, na conta corrente não movimentável e de titularidade da Companhia mantida na agência 2372 do Banco Administrador de Contas da Quarta Emissão, sob o nº 36067-8 ("Conta Vinculada da Quarta Emissão"), aberta e mantida pela Companhia exclusivamente para os fins previstos no Contrato de Cessão Fiduciária da Quarta Emissão, sendo que somente o depósito nesta conta quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional.

A partir da liquidação do FIDC CEDAE, o [--][Banco Arrecadador] deverá acatar as instruções do Agente Fiduciário da Quarta Emissão em relação à transferência dos recursos arrecadados por meio de contas de água e esgoto, boletos ou documentos similares identificados pelo código de arrecadação Febraban 1292 pelo Banco Arrecadador, a qual será efetuada somente na forma estabelecida nos itens (a) e (b) acima, salvo expressa ordem em contrário da Companhia, com expressa anuência do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, até a quitação das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Outrossim, reafirmamos a necessidade de continuidade da prestação dos serviços com relação ao Contrato de Arrecadação até a quitação das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE





100143

19 MAR 2013

254 f

na qualidade de Cedente

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

De acordo:

[--]

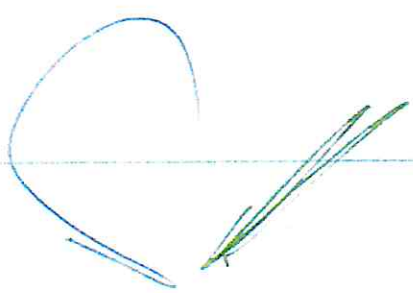
na qualidade de Banco Arrecadador

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:



19 MAR 2013

2554

**Anexo V ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**LISTA DE PESSOAS AUTORIZADAS**

Pela Cedente:

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 2655, 6ª andar, Cidade Nova

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

CEP: 20210-031

Nome: Sr. Renato Prates Rodrigues

Assinatura:



R.G: 11.620.415-1

CPF/MF: 030.330.868-02

Telefone: (21) 2332-3645

Fax: (21) 3223-3644

E-mail: df@cedae.com.br

Registrado sob o Nº

273353

2º registro  
de títulos  
e documentos

000000





19 MAR 2013

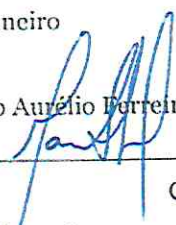
256 f

Pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Endereço: Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca  
Cidade: Rio de Janeiro Estado: Rio de Janeiro CEP: 22640-102

Nome: Sr. Marco Aurélio Perreira (Backoffice Financeiro)

Assinatura: 

R.G: 088123518

CPF/MF: 029.833.137-35

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

Nome: Srtª. Yumi Firmo Alves Takahashi (Backoffice Financeiro)

Assinatura: \_\_\_\_\_

R.G: 12808634-5


CPF/MF: 142.183.697-12

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

Nome: Sr. Thales Neuhaus Tarré (Backoffice Financeiro)

Assinatura: 

R.G: 21748230-6

CPF/MF: 124.327.157-48

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

Registrado sob o Nº

273353

2º registro de títulos e documentos

Definido

19 MAR 2013

257 f

Pelo Banco Administrador de Contas:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Endereço: Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar  
Cidade: Osasco Estado: São Paulo CEP: 06029-900

Nome: Marcelo Tanouye Nurchis

R.G.: 13.402.725-5

CPF/MF: 218.613.798-46

Telefone: (11) 3684-9476

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: 4010.tanouye@bradesco.com.br / 4010.agente@bradesco.com.br

Nome: Yoiti Watanabe

R.G.: 26.698.973-1

CPF/MF: 214.326.058-01

Telefone: (11) 3684-9476

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: 4010.yoiti@bradesco.com.br





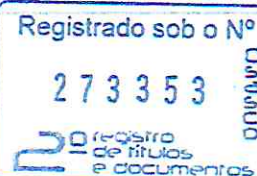
19 MAR 2013

258

**Anexo VI ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**BANCOS ARRECADADORES E CONTRATOS DE ARRECADAÇÃO**

<b>Banco Arrecadador</b>	<b>Contrato de Arrecadação</b>	<b>data de assinatura/aditamento</b>
1. Banco Bracce S.A.	Convênio de Arrecadação das Contas Relativas a Tarifas de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Assinado em 25.03.2002 Aditado em 18.11.2011
2. Banco Bradesco S.A.	Contrato para Prestação de Serviços de Arrecadação de Contas de Água e Esgoto	Assinado em 01.05.2010 Aditado em 18.11.2011
3. Banco Citibank S.A.	Termo de Responsabilidade	Assinado em 19.12.1988 Aditado em 22.01.1997 e em 18.11.2011
4. Banco do Brasil S.A.	Contrato para Prestação de Serviços de Arrecadação de Contas de Água e Esgoto	Assinado em 03.01.2011 Aditado em 18.11.2011
5. Banco Mercantil do Brasil S.A.	Termo de Responsabilidade	Assinado em 08.09.1975 Aditado em 22.01.1997, em 10.10.2011 e em 18.11.2011
6. Banco Safra S.A.	Termo de Responsabilidade	Assinado em 15.03.1974 Aditado em 03.06.1997 e em 28.11.2011
7. Banco Santander (Brasil) S.A.	Termo de Responsabilidade	Assinado em 06.12.2011
8. Caixa Econômica Federal	Contrato de Prestação de Serviços – Arrecadação de Contas	Assinado em 12.03.2011 Aditado em 24.11.2011
9. Itaú Unibanco S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação	Assinado em 21.05.2010 Aditado em 18.11.2011
10. HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	Termo de Responsabilidade	Assinado em 26.08.1975 Aditado em 12.08.1981, em 26.08.1981, em 01.05.1997 e em 28.11.2011



19 MAR 2013

259

**Anexo VII ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,  
Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**CONTRATO DE CESSÃO DO FIDC**



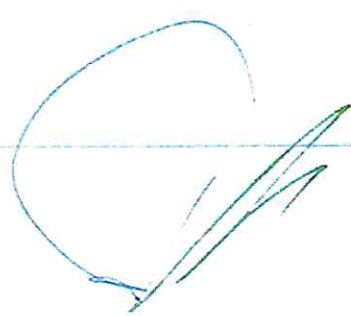


19 MAR 2013

260

**Anexo VIII ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos  
Creditórios, Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças**

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DA TERCEIRA EMISSÃO**



PROCESSO: E-17/100.143/13  
INÍCIO: 19/03/2013  
FOLHA: 682  
RÚBRICA: 

À AJC-2 – Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP

Assunto: Numeração de Instrumento Jurídico

Em atendimento à OS nº14.695 de 24/05/2017.

Sra. Assistente,

Em cumprimento à Ordem de Serviço em epígrafe, solicito que seja **numerado** o INSTRUMENTO JURÍDICO abaixo relacionado(s), num total de 3 (três) unidades, de acordo com as informações que seguem:

<b>Processo: E-17/100.143/2013</b>		
<b>Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DE CONTA BANCÁRIA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS)</b>		<b>Lote: não se aplica</b>
<b>Tipo:</b> <b>CONTRATO</b>	<b>Subtipo:</b> <b>SERVIÇO</b>	<b>Nº:</b>
		<b>Diretoria demandante: DF</b>
		<b>Data assinatura: 24/10/2013</b>
		<b>Data Publicação: NÃO APLICÁVEL</b>
<b>Fls: 198-260</b>	<b>Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E BANCO BRADESCO S.A.</b>	

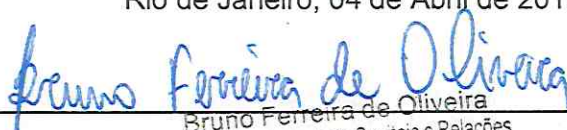


<b>Processo: E-17/100.143/2013</b>		
<b>Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES)</b>		<b>Lote: não se aplica</b>
<b>Tipo:</b> <b>CONTRATO</b>	<b>Subtipo:</b> <b>SERVIÇO</b>	<b>Nº:</b>
		<b>Diretoria demandante: DF</b>
		<b>Data assinatura: 08/10/2013</b>
		<b>Data Publicação: NÃO APLICÁVEL</b>
<b>Fls: 409-465</b>	<b>Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	

<b>Processo: E-17/100.143/2013</b>		
<b>Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES)</b>		<b>Lote: não se aplica</b>
<b>Tipo:</b> <b>CONTRATO</b>	<b>Subtipo:</b> <b>SERVIÇO</b>	<b>Nº:</b>
		<b>Diretoria demandante: DF</b>
		<b>Data assinatura: 24/10/2013</b>
		<b>Data Publicação: NÃO APLICÁVEL</b>
<b>Fls: 542-575</b>	<b>Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	

Após a **numeração** do instrumento jurídico acima relacionado, peço encaminhar o presente administrativo ao PRG (SISPRO) e, posteriormente à AMI-DP, responsável pela gestão do presente processo para controle e acompanhamento.

Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2019.



Bruno Ferreira de Oliveira  
Gerente de Mercado de Capitais e Relações  
com Investidores da AMI-DP - GER-AMI  
CEDAE - Reg.: 0-019375-1